Resultado antes da tributação

Provisão para imposto de

Provisão para contribuição

Lucro líquido do semestre/

Lucro líquido por ação no final do semestre/exercício - R\$......

Ativo fiscal diferido..

Número de ações

15. Benefícios

Imposto de renda e contribuição social....

sobre o lucro.

renda.

social

exercício.

J.P.Morgan

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários (CCVM) do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No exercício, a CCVM apresentou um lucro de R\$ 69.856 mil, correspondente a R\$ 9,25 por ação, sendo que no exercício anterior apresentou lucro de R\$ 70.274 mil. Em 31 de dezembro de 2018, o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 103,16 com aumento de 9,87% em relação ao exercício anterior.

São Paulo, 25 de março de 2019.

A Diretoria

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em minares de reais, exceto quando indicado de odira forma)					
		Segundo semestre	Exercícios findo em 31 de dezembr		
	Nota	2018	2018	2017	
Receitas da intermediação financeira		25.892	47.263	65.325	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		25.892	47.263	65.325	
Resultado bruto da intermediação					
financeira		25.892	47.263	65.325	
Outras receitas (despesas) operacionais		31.469	86.022	62.574	
Receitas de prestação de serviços	12	75.692	172.414	129.892	
Despesas de pessoal		(15.588)	(31.527)	(27.444)	
Outras despesas administrativas	17	(19.453)	(35.054)	(23.914)	
Despesas tributárias		(8.771)	(19.377)	(15.831)	
Outras receitas operacionais		1.005	1.070	` 160 [°]	
Outras despesas operacionais		(1.416)	(1.504)	(289)	
Resultado operacional		57.361	133.285	127.899	
5					

(29.170)

(18.360)

(12.665)

28.191

1.855

(63.429) (57.625)

(30.982)

(1.734)

70.274

(36.417)

(27.144)

69.856

7.551.365 7.551.365 7.551.365

132

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO

(EIII IIIIIIIares	s de rea	ais)		
		Segundo Exercícios fir semestre em 31 de dezen		
	Nota	2018	2018	2017
Atividades operacionais				
Lucro líquido ajustado		26.587	70.207	72.449
Lucro líquido do semestre/exercício		28.191	69.856	70.274
Ajuste ao lucro líquido:		(1.604)	351	2.175
Ativo fiscal diferido	13	(1.855)	(132)	1.734
Atualização de depósitos judiciais		(49)	(99)	(160)
Provisões para contingências	11	48	97	139
Depreciações		252	485	462
Variação de ativos e obrigações		560.721	(163.855)	5.935
Redução em aplicações interfinanceiras				
de liquidez		451.329	-	-
(Aumento)/redução em títulos e				
valores mobiliários		78.699	(173.828)	(14.068)
(Aumento)/redução em outros créditos		(68.016)	131.366	(768.737)
(Aumento)/redução em outros				
valores e bens		233	101	(35)
Aumento/(redução) em outras obrigações		106.607	(62.677)	817.918
Imposto de renda e contribuição				
social pagos		(8.131)	(58.817)	(29.143)
Caixa líquido proveniente/(utilizado)				
das atividades operacionais		587.308	(93.648)	78.384
Atividades de Investimentos				
Aquisição de imobilizado de uso		(331)	(418)	(23)
Caixa líquido utilizado nas atividades				
de investimentos		(331)	(418)	(23)
Aumento líquido/(Redução) de caixa e				
equivalentes de caixa		586.977	(94.066)	78.361
Caixa e equivalentes de caixa no início				
do semestre/exercício		49.075	730.118	651.757
Caixa e equivalentes de caixa no final				
do semestre/exercício		636.052	636.052	730.118
Aumento líquido/(Redução) de caixa e				
equivalentes de caixa		586.977	(94.066)	78.361

14. Patrimônio líquido: O capital social está dividido em 7.551.365 ações nominativas sendo 3.851.196 ordinárias e 3.700.169 preferenciais, sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto, todavia, gozam de prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da sociedade e prioridade na distribuição de dividendos, observado o direito ao recebimento de dividendos 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2018, foi aprovado o aumento do capital no montante de R\$ 100.000, mediante a incorporação de parcela correspondente à conta de Reserva de lucros – Estatutária no valor de R\$ 100.000, sem a emissão de novas ações. A Reserva de lucros – Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Instituição, bem como para garantir de daseguia adequada considera en activada a mistalidad, con controlla a garantia futura distribuição de dividendos. A Reserva de lucros – Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer distribuição, até o limite de 20% do capital social. A reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social. Aos acionistas é assegurado um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, sendo que o saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas. Em Ata de Reunião de Diretoria foi deliberado o não pagamento de dividendos sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

(a) Fundo de pensão: A Instituição é uma das patrocinadoras da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão ("Fundo"), constituído majoritariamente sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. A Instituição registrou despesa de R\$ 932 (2017 – R\$ 958) relacionada a contribuições para o Fundo. (b) Unidades de ações restritas: Os funcionários elegíveis da Instituição participam

do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). Sua entrega em data futura está sujeita a restrições, cancelamentos ou reversões. Por serem restritas, o período de aquisição do direito (vesting períod), de 50% das ações se dá em dois anos e os outros 50% em três. Caso o funcionário se desligue da empresa por conta própria, o plano de benefícios em ações é cancelado. A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz (listadas na Bolsa de Nova Iorque - NYSE) concedidas multiplicado pelo valor justo da ação na data da concessão.

		Valor em milhares de
	Quantidade	Dólares
	de ações	(USD)
ções em circulação em 01/01/2018	15.498	1.040
ções outorgadas durante o exercício (<i>granted</i>)	5.286	593
ções entregues no exercício (vested)	(8.033)	(506)
ções em circulação em 31/12/2018	12.751	1.127
		2017
		Valor em
		milhares de
	Quantidade	Dólares
	de ações	(USD)
ções em circulação em 01/01/2017	21.700	1.235
ções outorgadas durante o exercício (granted)	12.715	1.071
ções entregues no exercício (vested)	(18.917)	(1.266)
ções em circulação em 31/12/2017	15.498	1.040

Em função da existência de um acordo com a matriz, que prevê o reembolso dos benefícios concedidos pelo menor valor entre *grant* e *vesting*, foi registrado no exercício um aumento patrimonial no valor R\$ 109 (2017 – R\$ 444) (Nota 3 (i)). O valor da obrigação de pagamento registrada no passivo em 31 de dezembro de 2018, incluindo encargos sociais, é de R\$ 4.194 (2017 – R\$ 3.780). Em virtude desse programa a despesa registrada no exercício é de R\$ 3.299 (2017 – R\$ 3.039), incluindo os encargos sociais. 16. Transações com partes relacionadas (Grupo J.P. Morgan): As transações realizadas com partes relacionadas, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, estão representadas abaixo. A Corretora é uma empresa controlada pelo Banco J.P. Morgan S.A., sendo a JPMorgan Chase & CO. controladora do Grupo financeiro JP Morgan. As demais entidades são empresas coligadas.

	Ativos/	Receitas/	Ativos/	Receitas/
	(Passivos)	(Despesas)	(Passivos)	(Despesas)
Disponibilidades	2.166	-	1.844	-
Banco J.P. Morgan S.A	2.166	-	1.844	-
Aplicações em operações				
compromissadas	168.349	6.715	219.926	7.955
Banco J.P. Morgan S.A	168.349	6.715	219.926	7.955
Aplicações em depósitos				
interfinanceiros	465.537	32.407	508.348	51.043
Banco J.P. Morgan S.A	465.537	32.407	508.348	51.043
Negociações e intermediações				
de valores	67	895	440	1.203
Banco J.P. Morgan S.A	388	895	440	677
JP Morgan Overseas Capital LLC	(321)	-	-	526
Despesas administrativas	(2.271)	(25.075)	(1.296)	(15.041)
Banco J.P. Morgan S.A	(2.271)	(25.075)	(1.296)	(15.041)
Despesas de pessoal	(3.057)	(2.142)	(2.431)	(1.440)
JPMorgan Chase & CO	(3.057)	(2.142)	(2.431)	(1.440)
Para fins de cumprimento da Resolução	áo nº 4.636 d	o CMN, a Co	rretora verif	icou que não
			-1	-

houve operações com membros da Diretoria e seus relacionados As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração

a ausência de risco. 17. Outras informações: "Outras despesas administrativas" referem-se, principalmente, a despesas de processamento de dados R\$ 2.324 (2017 – R\$ 2.854), despesas de serviços do sistema financeiro R\$ 25.102 (2017 – R\$ 14.982), despesas de comunicações R\$ 522 (2017 – R\$ 542), despesas com serviços de terceiros R\$ 4.377 (2017 – R\$ 2.233), despesa com serviços técnicos especializados no valor de R\$ 688 (2017 – R\$ 388) despesa com depreciação no valor de R\$ 485 (2017 – R\$ 462) e despesas com viagens no valor de R\$ 238 (2017 - R\$ 490)

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)							
Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Circulante		1.676.460	1.727.778	Circulante		901.665	1.024.147
Disponibilidades		2.166	1.844	Outras obrigações		901.665	1.024.147
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	633.886	728.274	Fiscais e previdenciárias	9 e 11	50.237	46.158
Aplicações no mercado aberto		168.349	219.926	Negociação e intermediação de valores	8	836.930	967.157
Aplicações em depósitos interfinanceiros		465.537	508.348	Diversas	9	14.498	10.832
Títulos e valores mobiliários	6	200.947	27.119	Exigível a longo prazo		7.872	6.896
Carteira própria		53.807		Outras obrigações		7.872	6.896
Vinculados à prestação de garantias		147.140	27.119	Fiscais e previdenciárias	9 e 11	2.189	2.119
Outros créditos		839.367	970.346	Diversas	9	5.683	4.777
Rendas a receber		284	440	Patrimônio líquido	14	778.987	709.022
Negociação e intermediação de valores	8	835.016	966.385	Capital social		495.622	395.622
Diversos	9	4.067	3.521	De domiciliados no País		495.622	395.622
Outros valores e bens		94	195	Reservas de capital		2.153	2.044
Despesas antecipadas		94	195	Reservas de lucros		281.212	311.356
Realizável a longo prazo		6.439	6.595				
Outros créditos		6.439	6.595				
Diversos	9	6.439	6.595				
Permanente		5.625	5.692				
Imobilizado de uso		5.625	5.692				
Imobilizado de uso	10	5.624	5.624				
Outras imobilizações de uso		2.202	1.784				
(-) Depreciações acumuladas		(2.201)	(1.716)				
Total do ativo		1.688.524	1.740.065	Total do passivo e patrimônio líquido		1.688.524	1.740.065

			Reservas de capital Reservas de lu		as de lucros			
			Subvenções					
			para	Outras			Lucros	
	Nota	Capital	investimento	reservas	Legal	Estatutária	acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2016		395.622	561	1.039	38.898	202.184		638.304
Pagamento baseado em ações	15b	-	-	444	-	-	-	444
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	70.274	70.274
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal		-	-	-	3.514	-	(3.514)	-
Reserva estatutária	14					66.760	(66.760)	
Em 31 de dezembro de 2017		395.622	561	1.483	42.412	268.944		709.022
Aumento de capital		100.000				(100.000)		
Pagamento baseado em ações	15b	-	-	109	-	-	-	109
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	69.856	69.856
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	14	-	-	-	3.493	-	(3.493)	-
Reserva estatutária	14					66.363	(66.363)	
Em 31 de dezembro de 2018		495.622	561	1.592	45.905	235.307		778.987
Em 30 de junho de 2018		495.622	561	1.483	42.412	168.944	41.665	750.687
Pagamento baseado em ações	15b	-	-	109	-	-	-	109
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	28.191	28.191
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	14	-	-	-	3.493	-	(3.493)	-
Reserva estatutária	14	405.000		4.500	45.005	66.363	(66.363)	

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em milhares de reais)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora" ou "Instituição") é uma controlada do Banco J.P. Morgan S.A. e suas operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atua integradamente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. As demonstrações contábeis da Corretora foram aprovadas pela Administração em 25 de março de 2019.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN). Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

3. Principais práticas contábeis:

(a) Apuração do resultado: É apurado pelo regime de competência (b) Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo

to de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068 do BACEN, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração na categoria "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo classificados no curto prazo e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos públicos federais são utilizados os preços médios de negociação ou o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. Os títulos públicos têm seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA.

Para os títulos e valores mobiliários são realizados ajustes resultantes dos procedimentos

de avaliação de apreçamento previstos pela Resolução nº 4.277. A avaliação da necessidade de ajuste independe da metodologia de apreçamento adotada, sendo

observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade. (c) Ativos circulante e realizável a longo prazo: Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, os rendimentos e as variações monetárias ou cambiais auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. Permanente: Representado por imphilizado de uso àquisição. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens. A avaliação periódica sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, normatizada pela Resolução nº 4.535 do CMN, tem

(e) Passivos circulante e exigível a longo prazo: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos (f) Passivos contingentes e obrigações legais: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta Circular nº 3.429 do BACEN. (i) Passivos contingentes – decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária e trabalhista. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais dados em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. (ii) Obrigações legais – os processos tributários que estão caracterizados como obrigações legais são integralmente provisionados. O passivo relacionado às obrigações legais em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos.

(g) Imposto de renda e contribuição social: A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 20%, conforme artigo 1º da Lei nº 13.169/15 cuja vigência foi iniciada a partir de setembro de 2015. Ativo e passivo fiscais diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando as perspectivas de realização. em 31 de dezembro de 2018: (i) o crédito tributário de IRPJ permanece com a alíquota nominal de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) o crédito tributário

elativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota de 15% (h) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem, quando aplicável, disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor

e com prazo original de vencimento não superior a 90 dias.

(i) Unidade de ações restritas: Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). A Instituição registra as despesas do exercício com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme CPC10 – Pagamento baseado em ações. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, a Instituição registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado. Esse acordo prevê o pagamento do menor valor entre grant e vesting, assim se o valor do vesting for menor que o valor do grant no repagamento à matriz, haverá aumento da Reserva de capital da Instituição.

4. Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades no montante de R\$ 2.166 (2017 – R\$ 1.844), aplicações interfinanceiras de liquidez no mercado aberto no montante de R\$ 168.349 (2017 – R\$ 219.926) (Nota 5) e aplicações em depósitos interfinanceiros no montante de R\$ 465.537 (2017 – R\$ 508.348).

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez: As aplicações interfinanceiras de liquidez cações em operações compromissadas – posição bancada no valor de R\$ 168.349 (2017 – R\$ 219.926) e aplicações em depósitos interfinanceiros no montante de R\$ 465.537 (2017 – R\$ 508.348) realizadas com empresas do grupo com vencimento até janeiro de 2019 (2017 – vencimento até janeiro de 2018).

6. Títulos e valores mobiliários

(a) Classificação e composição da ca	o da carteira: Ganhos/ (Perdas) Valor de Valor de Valor de não mercado mercado custo realizados 2018 2017					
Títulos para negociação		TCUIIZUU03				
	F0 000	445	F0 007		R	
Carteira própria	_53.692	115	53.807		Е	
LTN	53.692	115	53.807	-	D	
Vinculados à prestação de garantias	146.820	320	147.140	27.119	Ē	
LTN	131.071	320	131.391	27.119	C	
Cotas de fundo de investimento	15.749	-	15.749	-	Е	
Total da carteira de TVM	200.512	435	200.947	27.119	Т	

(b) Composição por prazos de vencimentos dos papéis							
	Sem	De 3 a					
	vencimento	12 meses	Total				
Carteira própria		53.807	53.807				
Vinculados à prestação de garantias	15.749	131.391	147.140				
Total da carteira – 2018	15.749	185.198	200.947	,			
Total da carteira – 2017		27.119	27.119				
7. Instrumentos financeiros derivativos: Er	n 31 de dezer	mbro de 2018	e 2017 a				

Instituição não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

2018

8. Negociação e intermediação de valores

	2010			2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Caixas de registro e liquidação		658.311	685.228	747.653	
Devedores/credores-conta liquidação					
pendentes	835.016	178.619	281.157	219.159	
Outras obrigações por negociação					
e intermediação				345	
Total	835.016	836.930	966.385	967.157	

A conta "Caixa de registro e liquidação" representa o total a receber/pagar às Bolsas de Valores, correspondentes às operações de compra/venda de ações e outros ativos financeiros por conta de clientes. Em "Devedores/credores – conta liquidação pendentes" estão registrados os valores a receber/pagar de clientes, correspondentes a ordens de compra/venda de ações e outros ativos financeiros.

9. Outros créditos e outras obrigações: "Outros créditos – diversos" estão representados, principalmente, por devedores por depósitos em garantia no montante de R\$ 4.339 (2017 – R\$ 4.240) (Nota 11 (a)) e créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias no valor de R\$ 5.833 (2017 - R\$ 5.701) (Nota 13). "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" referem-se, principalmente, à provisão para impostos e contribuições sobre lucros no valor de R\$ 48.012 (2017 - R\$ 44.378) e provisões para contingências relativas a questionamentos judiciais no montante de R\$ 2.189 (2017 – R\$ 2.119) (Nota 11 (b)). As parcelas depositadas judicialmente, quando aplicável, estão classificadas em "Outros créditos — diversos". "Outras obrigações — diversas" referem-se, principalmente, à provisão para despesas com pessoal no valor de R\$ 15.790 (2017 – R\$ 12.755), para despesas administrativas no valor de R\$ 1.069 (2017 - R\$ 939) e provisão para processos trabalhistas no montante de R\$ 614 (2017 - R\$ 587) (Nota 11 (b)).

10. Imobilizado de uso: "Imobilizado de uso" está representado em 31 de dezembro de 2018 e 2017 por edificações, no valor de R\$ 2.904 e terrenos, no valor de R\$ 2.720. 11. Passivos contingentes e obrigações legais: As provisões para contingências constituídas e obrigações legais, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

(a) Composição dos saldos patrimoniais

	Dopositos	jaaroraro		110000
	2018	2017	2018	2017
Fiscais e previdenciárias	4.287	4.188	2.189	2.119
Trabalhistas	52	52	614	587
Total	4.339	4.240	2.803	2.706
(b) Movimentação dos saldos patrimo	niais			
pre	Fiscais e videnciárias			
	Obrigações		Total	Total
	legais	Trabalhistas	2018	2017
Saldo inicial	2.119	587	2.706	2.567
Despesas financeiras –				
juros	70	27	97	139
Saldo final	2.189	614	2.803	2.706

(c) Fiscais e previdenciárias - obrigações legais e outros passivos contingentes: À Înstituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, que discutem a exigência de PIS com base nas ECs 01/94 e 10/96. Por representarem obrigações legais, os montantes envolvidos estão integralmente provisionados. Adicionalmente a provisão considera processos sobre questionamento de contribuições previdenciárias a provisad contribuintes individuais. A Instituição também é parte em processos administrativos de natureza tributária, caracterizados como passivos contingentes, que envolvem (i) a imposição de IRPJ e CSLL no valor de R\$ 22.310 (2017 – R\$ 21.956) sobre ganhos decorrentes da desmutualização da Bovespa e BM&F e (ii) PIS e COFINS sobre receitas de exportação de serviços, para os anos de 2009 a 2011, 2013 e 2014, no valor de R\$ 21.196 (2017 – R\$ 12.443). Os advogados responsáveis pela condução

dos casos classificam seu risco de perda como possível.
(d) Ações trabalhistas: Referem-se a ações contra a Instituição, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montaram R\$ 144 (2017 – R\$ 128). 12. Receitas de prestação de serviços: Referem-se a rendas de corretagem sobre operações realizadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão no valor de R\$ 172.414 (2017 – R\$ 129.317).

13. Imposto de renda, contribuição social e créditos tributários: A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários

são demonstrados como segue:		
	2018	2017
Diferenças temporárias		
Contingências	243	250
Provisão de honorários advocatícios	406	391
Provisão para participação nos lucros	3.686	3.320
Unidade de ações restritas – RSU (Nota 3(i))	1.477	1.722
Outros	21	18
Total de créditos tributários – ativo	5.833	5.701
Total de creditos tributarios divo	0.000	0.701

No exercício foi constituído crédito tributário de R\$ 3.686 (2017 - R\$ 25) sobre diferenças temporárias, tendo sido realizado R\$ 3.554 (2017 – R\$ 1.759). A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 5.833 é estimada em 64% no 1º ano, 11% no 2º ano, 10% no 3º ano, 6% no 4º ano, 1% do 5º ao 7º ano e 2% no 8º e 10º anos. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 5.038 (2017 -R\$ 4.835). A Corretora tem reconhecido créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre todas as origens existentes em 31 de dezembro de 2018 e 2017 O cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado como seque:

	2018	2017
Resultado antes do IRPJ e CSLL	133.285	127.899
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(59.835)	(57.555)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(148)	(119)
Efeito CSLL 5%	(602)	(118)
Outros	(2.844)	167
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	(3.594)	(70)
Total da despesa de IRPJ e CSLL no exercício	(63.429)	(57.625)

A DIRETORIA

J.P.Morgan

J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.

C.N.P.J. n° 32.588.139/0001-94

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data. bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na secão a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor - A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse

fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da Administração e da governanca pelas demonstrações contábeis - A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, guando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é

maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planeiarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. · Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e. com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o obietivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo. 26 de marco de 2019.



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes Contador CRC 1SP222767/O-3